



Am,

AB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 08/22

Sessão Extraordinária

Artur

Sessão realizada no dia 21 de dezembro de 2022, na Sala de Sessões do Município de Sines

Presenças dos membros da Assembleia Municipal

Presidente: Idalino Sabido José (PS),-----
1ª Secretária: Nádia Andreia Pacheco Vilhena (PS) -----
2º Secretário: Artur Licínio de Oliveira Martins (PS) -----
Tiago Jorge Guerreiro Santos (PS) -----
Sónia Margarida Silva Santos (PS) -----
Ricardo Ferreira de Brito (PS) -----
Rui Filipe da Silva Encarnação (PS) -----
Amélia João Chamorro Nunes (PS) -----
José da Silva Raposo (PS) -----
Liliana Sofia Fernandes Duarte (PS), substituída por Edgar Filipe de Jesus Almeida -----
Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS) -----
Manuel António de Campos Botelho da Lança (MAISines) -----
Paula Schneider Silveira (MAISines)-----
Paulo César Lála de Freitas (MAISines) -----
João Gonçalo Barata Loureiro Cruz (MAISines), substituído por Rui Manuel Matos Rodrigues Luz -----
Fátima Isabel Gomes Cardoso (MAISines), substituída por Fábio Jorge Rosado Faustino -----
Gil Vasco da Silva Gonçalves (MAISines) -----
Ana Isa Plácido Correia (CDU) -----
Miguel Nuno Prata Pacheco (CDU) -----
Soraia Cristina Pinela Pereira (CDU) -----
António Francisco Almeida Roberto (CDU), substituído por Hélder Martinho Gonçalves de Campos -----
Joaquim António Lopes Serrão (PS) -----
José Pedro do Nascimento Arsénio (PS) -----

Am *N*
Opitius

- Presenças da Câmara Municipal de Sines:** -----
Presidente: Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----
Vereador: Fernando Miguel Ramos -----
Vereador: José Manuel Guerreiro Arsénio -----
Vereadora: Filipa Marta Torres Faria -----
Vereador: António Luís Barreiros da Silva Braz -----
Vereador: Gonçalo José Teixeira Pimenta Maldonado Naves -----
Vereador: Jaime António Pereira Pires de Cáceres -----

Eram vinte e uma horas e vinte e cinco minutos quando o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, deu início à ordem de trabalhos da sessão extraordinária de 21 de dezembro de 2022.

A - Intervenção do público -----

Neste ponto, nos termos do regimento, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos munícipes presentes se pretendem intervir sobre algum assunto. Os Munícipes que entenderam intervir fizeram-no de seguida. -----

O munícipe **Alexandre Cortes**, diz que “o assunto que me traz aqui hoje é um assunto premente, porque durante alguns dias aquele novo estabelecimento que abriu na zona comercial esteve fechado, mas já se vinha falando na acessibilidade em termos de viaturas, pessoas e hoje, dado que o estabelecimento já abriu, notou-se ali uma grande falta, que é a iluminação. Portanto, se andam ali mais carros, se andam ali mais pessoas, se não existem muitos acessos pedonais, é em terra, não existem ali passeios, não existe nada, há necessidade de um reforço de iluminação e naquela zona específica pôr postes, porque ali não existe nada. Esta hoje é só a minha intervenção”. -----

O munícipe **António Moura**, diz que “vem com muita curiosidade assistir a este debate. É um tema em que eu tenho pensado muito, mas também não está aqui ninguém para me ouvir, porque não me compete a mim estar a dar opiniões. Agora, o que me traz aqui? A habitação é um tema complicado, não é fácil de resolver, mas fundamentalmente a minha intervenção é para dizer, o tema da ordem do dia é a habitação em Sines, e eu gostava que fosse habitação em Sines e em Porto Covo. Porto Covo tem uma particularidade, é uma zona turística e tem um problema específico que é a hotelaria, a restauração não consegue arranjar habitação para os seus trabalhadores, ou seja, eu no meu caso concreto tenho um restaurante aonde existe dois mil euros por mês para poder ter trabalhadores só no que diz respeito à habitação. -----

Outros casos têm que dar os seus quartos para que tenham trabalhadores, têm que dar os seus

Amor. B
Opticus

bungalows para que tenham trabalhadores e é essa expansão que se prevê que vai crescer em Porto Covo, mas há um problema grave, até porque depois há uma lacuna que é, não há transportes, porque se houvesse transportes esses trabalhadores poderiam até morar noutros locais e vir trabalhar em Porto Covo. Assim ou têm carro, ou a entidade patronal tem que arranjar carros para os ir buscar, ou seja, nós estamos ali muito prisioneiros, por isso era o tema habitação em Sines, mas eu gostava que fosse habitação em Sines e Porto Covo”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, explica que “é evidente que quando se fala em habitação em Sines, é no concelho de Sines, porque senão seria a cidade de Sines. Mas fez bem em notar e é sempre positivo dar esses contributos”. -----

A munícipe **Maria de Jesus**, diz que “já toda a gente sabe o que é que estou aqui a fazer, é mais uma saga da Capela. Faz hoje dois meses que a Câmara Municipal reduziu o horário para a uma hora e que foi imediatamente dito que não podemos trabalhar. Portanto, há dois meses que nós, para além das despesas, não ganhamos um euro, têm sido da nossa parte muitas as deslocações a A, B, C, que nos promete assim, que nos diz que daqui a um dia ou dois, daqui a dois ou três dias, mas o que é facto é que a situação da Capela se mantém. Mantém-se com uma família a ficar destroçada completamente. Não sabemos o que é que vai ser da nossa vida, as despesas acumulam-se, isto é um assunto que a Câmara não está interessada, porque se estivesse interessada já teria feito. Portanto, a Câmara sempre que quer pode fazer e a Câmara cometeu um erro, que foi, recebeu queixas de cidadãos que depois se verificaram, dois pelo menos, eu não conheci mais ninguém, que tinham barulho. A lei diz que depois da queixa a Câmara tinha que nos contactar para que nós tivéssemos direito à defesa ou não. Não fizeram nada disso, condenaram-nos, pura e simplesmente, condenaram-nos, quando nós soubemos estávamos condenados, com uma carta pelas mãos da Guarda Republicana que nos foi entregar a carta a dizer que só podíamos trabalhar de segunda a quinta à meia-noite, aí a gente nem sequer trabalha durante a semana, só trabalhamos de sexta para sábado e de sábado para domingo, nada mais do que isto. Fiz chegar isto a toda a gente que podia já ter mudado isto, e a prova que ninguém estava interessado é que nem hoje isso vem à sessão, e nós vamos continuar com as despesas a acumularem-se com vinte e quatro sob vinte e quatro horas por dia. A minha casa não tem outro tema de conversa, porque não pode ter, porque somos pessoas responsáveis, queremos trabalhar e ganhar o pão de cada dia”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos munícipes. -----

“Relativamente às questões colocadas por os senhores munícipes, começava então pelo senhor **Alexandre Cortes**. Ainda hoje tive oportunidade de ir com o vereador que tem esta área, passámos por lá para confirmar a questão do trânsito que referiu, aliás é um assunto que já foi falado em

Am. B

António

sessões de Câmara. Nós temos uma intervenção prevista, uma intervenção de algum volume em toda aquela zona para disciplinar o trânsito. Neste momento vamos ter que tomar medidas provisórias para melhorar toda a circulação, que obviamente passam por marcações de sinalética no chão e não só. Aliás, mesmo algumas das zonas comerciais também precisam de ver a sinalização melhorada, foi precisamente isso que fomos fazer hoje, mas seguramente que isso já está sinalizado e vamos tomar medidas imediatas, logo que seja possível fazer essas marcações. - Senhor **António Moura**, habitação. Quando se fala em Sines, fala-se no concelho de Sines, não se fala em Sines, não se fala em Porto Covo, não se fala no Casoto, no Paiol, fala-se em Sines enquanto concelho. Esta é a Câmara Municipal de Sines, é a Câmara do concelho de Sines. A temática da habitação obviamente que engloba todo o concelho. Devo-lhe dizer o seguinte: obviamente que Porto Covo não é diferente da cidade de Sines, nesta temática. Há muitos problemas, ainda hoje tivemos oportunidade de os cinco presidentes de Câmara da região estarem reunidos, no âmbito de um conselho estratégico, onde mais uma vez isso foi aflorado, em presença da Ministra da Coesão, a grande dificuldade que todos os concelhos aqui do litoral alentejano estão a sentir para fixarem, principalmente trabalhadores, já nem falo nos moradores, mas trabalhadores. É uma dificuldade enorme e isso passa por algumas estratégias que estamos a definir, inclusive a própria Secretária de Estado da Habitação que esteve em Sines ontem, mostrou-se disponível para debater esta questão e temos algumas propostas em cima da mesa e vamos aprofundar, no sentido de encontrar para o nosso concelho uma solução, mas devo dizer que não é um problema do concelho de Sines, é um problema de toda a região. -----
Relativamente aos transportes, é um assunto que também tem sido debatido, uma vez que a autoridade de transporte é a CIMAL não é a Câmara Municipal, portanto esta questão dos transportes tem sido aflorada também em várias reuniões, estamos a tentar encontrar soluções que do ponto de vista do operador possam ser viáveis, mas obviamente não é uma matéria que se consiga decidir de um momento para o outro, requer aqui alguma análise, apesar de muitos estudos que foram feitos, há algumas lacunas que sentimos e que estamos empenhados em tentar resolver. Relativamente à senhora **Maria de Jesus**. Eu comprometi-me falar consigo e permita-me que lhe corrija duas ou três coisas que disse. Em primeiro lugar, esta não é uma reunião de Câmara e desde a última Assembleia Municipal não houve nenhuma reunião de Câmara que permitisse discutir o assunto. Portanto, nós tivemos aqui no dia 13 e tínhamos uma reunião de Câmara agendada para essa quinta-feira, onde na ordem de trabalhos não podia figurar esse tema e naturalmente que numa próxima reunião de Câmara vamos abordar o assunto, de forma a perceber se existe matéria ou não para a Câmara tomar uma decisão contrária àquela que já tomou. Portanto, a Câmara tomou uma decisão por unanimidade e que apontou no sentido de tomar uma medida cautelar e garantir

Amw D

Epitio

o descanso das pessoas que moram nas redondezas. Portanto, esta matéria é uma matéria que desde o dia 13 que aqui falou não houve qualquer novidade, naturalmente que numa próxima reunião de Câmara iremos falar sobre o assunto, e é tudo o que eu tinha a dizer”. -----

B – Análise e discussão da habitação em Sines.-----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, diz que “este pedido de reunião da Assembleia Extraordinária foi feito por um grupo de deputados, em que o primeiro subscritor foi o deputado **Manuel Lança**”. Depois dá a palavra ao deputado **Manuel Lança** para ele explanar o que entender sobre esta questão. “Foi feito o pedido com as razões que evidentemente considera pertinentes e, se entender falar, tem a palavra”. -----

O deputado **Manuel Lança** diz que “relativamente ao tema, é um tema abrangente e um tema importantíssimo para Sines e naturalmente para o concelho de Sines, Sines e Porto Covo, como é evidente. -----

O que é que está subjacente a este pedido de intervenção na Assembleia Municipal? É, efetivamente, nós tomarmos consciência daquilo que se passa em Sines, e do nosso ponto de vista, pelo menos no meu ponto de vista, há uma lacuna enorme no que diz respeito ao desenvolvimento da parte da habitação por parte da Câmara, não tem havido. Ontem, vi e ouvi com muita atenção a Secretária de Estado, a Presidente do IHRU não falou, mas o senhor Presidente da Câmara, entendi exatamente aquilo que se pretendia fazer, mas o que tem sido feito até agora não tem tido resultados palpáveis, e esse é um problema que nos preocupa, porque, como foi dito já aqui, Sines hoje é uma terra de destino para trabalhadores e para aqueles que aqui vivem, precisam evidentemente de habitação, a custos razoáveis, para que se possam instalar aqui. Neste momento, toda a gente percebe que em Sines comprar uma casa é completamente impossível, é quase impossível e então com toda a situação de aumento de juros, etc. que se têm verificado, quer dizer torna-se quase incomportável uma pessoa que ganhe um ordenado normal, e quando digo normal é um ordenado se calhar até de dois mil euros, aqui em Sines é normal para alguns, quase todos, é evidente que não chega, não chega. Portanto, há aqui um problema de défice de habitação, é de um lado a Câmara não o promove, por outro lado a Câmara também é, na minha opinião, uma espécie de, enfim, os terrenos que a Câmara tem ou que pode dispor é a preços incomportáveis, fá-los a preços incomportáveis, vê-se isso com facilidade, é só constatar as atas e digamos o valor do custo do terreno aqui em Sines, no metro quadrado, toda a gente percebe que é quase impossível. Portanto, por um lado a Câmara não faz, por outro lado não há neste momento e temos uma situação também quanto a mim muito grave, porque é, não há neste momento muita gente a investir na habitação em Sines, não há grandes empresas, e depois há outra coisa também que é, neste

Amn. d
Optim

momento há cooperativas que querem andar com as coisas para a frente e de alguma forma a Câmara poderia ser mais permeável, digamos, com as cooperativas relativamente à venda do terreno, facilitando de alguma forma a aquisição desses terrenos, e isso está na mão da Câmara fazê-lo em determinadas condições, como é evidente, com a cooperativa dentro de um esquema que a cooperativa compreendesse e que a Câmara também aceitasse, pronto. Portanto, este é um assunto grave, nós preparámos aqui algumas situações que melhor explanam esta temática, e eu, digamos que para introdução, enfim, em Porto Covo e dos terrenos em Porto Covo, quer dizer, estamos aqui rodeados de uma situação que não sei quem é que poderá qualquer dia poder viver assim em Sines, comprando a sua própria casa. Portanto, há aqui um problema grave e é esse assunto que vamos debater aqui com certeza, com mais opiniões e certamente com mais dados”.

O deputado **José Pedro Arsénio** diz que “é sem dúvida nenhuma uma Assembleia muito pertinente, porque efetivamente a habitação constitui um fator preponderante no desenvolvimento de qualquer concelho, de qualquer freguesia, de qualquer comunidade. Em Porto Covo este assunto não é novo, é um assunto que nos faz levantar esta questão em quase todas as Assembleias de Freguesia e é um problema que Porto Covo enfrenta já há muito tempo, portanto há mais de vinte anos e que não existe solução aparente, não são os dezanove lotes do artigo duzentos e vinte ou do lote duzentos e vinte, como queiram entender, que vai resolver o problema. Se na cidade de Sines existem terrenos municipais onde é possível fazer determinadas infraestruturas e modalidades ao nível da habitação, em Porto Covo essa possibilidade não existe, a não ser que o município venha a adquirir terrenos para providenciar essa situação. Contudo, a Assembleia de Freguesia de Porto Covo do passado dia 2 de dezembro, pediu-me que apresentasse uma proposta de recomendação que foi apresentada pelos eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia e votada por unanimidade e que, se assim me for permitido, eu faria a apresentação. Portanto, «considerando que o direito à habitação previsto no número um do artigo sessenta e cinco da Constituição da República Portuguesa tem sido um dos mais negligenciados em Portugal, há que entender que o direito à habitação constitui a primeira base nuclear de natureza jurídico-política para garantir uma habitação básica para todos sem exceção, de forma a possibilitar não só o acesso, como a fruição de uma habitação segura e confortável em qualquer parte do território, nomeadamente na área urbana onde é mais difícil aceder à habitação básica, num contexto de escalada de especulação imobiliária e gentrificação. Porto Covo é uma freguesia essencialmente turística procurada por investidores para construir unidades hoteleiras e habitação não permanente, onde o mercado ao nível da oferta é diminuto e a procura é muito elevada. Estes fatores provocam especulação dos preços praticados, tornando inacessível às famílias naturais de Porto Covo a aquisição de habitação própria e permanente. A falta de resposta constitui um obstáculo ao equilibrado desenvolvimento

Amor *D*
Artur

social e territorial da freguesia, uma vez que a falta de habitação a preços acessíveis não permite a fixação de população residente, contribuindo assim para um desequilíbrio entre a população residente e flutuante. A saída de população natural de Porto Covo por falta de solução leva à descaracterização dos valores e raízes locais. É urgente que o município de Sines conclua as infraestruturas do artigo duzentos e vinte, que coloque à disposição da população os dezanove lotes contemplados no investimento, que desenvolva um regulamento ajustado à realidade e a custos controlados que sejam comportáveis, tendo em consideração o vencimento médio mensal nacional. Contudo, o problema da habitação não é de todo solucionado com os dezanove lotes do artigo duzentos e vinte, são necessárias mais medidas desta natureza ou equivalentes e privilegiando o cooperativismo. É pertinente ter em consideração a necessidade de existência de mais habitação na próxima revisão ao plano de urbanização de Porto Covo, assim como seja criada a possibilidade da construção dos aglomerados rurais dos Foros da Pouca Farinha, Cabeça da Cabra, Fonte Mouro, Colmeia, Terça Parte, sem esquecer a nossa parte do concelho de Sines da Sonega. É também necessário que seja tributada de forma diferenciada a taxa do imposto municipal sobre imóveis entre a habitação própria e permanente e a segunda habitação, de forma a equilibrar o mercado e privilegiar o arrendamento anual». Portanto, esta foi a proposta apresentada pelos membros do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia, e eu aqui diria que se acrescentaria que trinta e cinco por cento da habitação em Porto Covo é que está ocupada, porque sessenta e cinco é segunda habitação, portanto denota aqui aquilo que é a nossa problemática. ----- Aquilo que o senhor **António Moura** aqui levantou é também uma questão muito pertinente, porque efetivamente vão aparecer mais unidades hoteleiras e Porto Covo goza neste momento de uma posição de pleno emprego, portanto não há mão-de-obra para servir aquilo que vão ser as próximas construções em termos de unidades hoteleiras e que é em elevado número”. ----- O deputado **Miguel Pacheco** diz que “de facto esta questão da habitação que hoje abordamos, constitui, sem qualquer reserva, o maior problema de desenvolvimento social com que o município hoje se confronta. Um problema que marcará a nossa vida coletiva hoje e nos próximos anos. ---- «A questão na habitação pela dimensão quantitativa e qualitativa com que ela hoje se apresenta no município de Sines»”. ----- A deputada **Soraia Pereira** continua a ler o documento apresentado pelo grupo municipal da CDU. “«mas não limitada ao nosso município, não pode ser desligada da questão dos serviços públicos, dos equipamentos coletivos dos espaços públicos que suportam e enquadram uma vida social com justiça e qualidade. Para a CDU, a luta pelo direito à habitação não pode pois estar desligada da luta pelo direito à cidade, no quadro de um desenvolvimento urbano com qualidade e com condições de uma vida digna para a população. A CDU não despertou hoje ou ontem para o

Qmm, 16
Antes

problema da habitação no município de Sines. A questão da habitação tem de facto um espaço fundamental no nosso programa eleitoral e é ao nosso programa eleitoral que queremos regressar nestas palavras iniciais. Continuamos a afirmar que a dinâmica de investimento público e privado em curso em torno do polo portuário e industrial de Sines, ainda que com lacunas e incertezas, constitui pela amplitude dos potenciais impactos socioeconómicos, urbanos e ambientais, uma oportunidade para dar corpo a uma determinação do PROT Alentejo, nunca concretizada até hoje, constituir e desenvolver o sistema urbano, poli nucleado formado pelas cidades de Sines, Santiago do Cacém e Santo André. Segundo o PROT, este sistema urbano deve afirmar-se como o principal polo urbano do litoral alentejano. Assim, consideramos com necessidade evidente para dar uma resposta adequada ao crescimento empresarial e logística em curso, a elaboração de um plano de desenvolvimento de base territorial abrangendo estes três centros urbanos e estabelecendo uma perspetiva integrada dos múltiplos efeitos das atuais dinâmicas e investimentos. Por outro lado, para dar uma resposta adequada à questão da habitação, a dimensão com que ela hoje se apresenta, assume a necessidade de extraordinária relevância, a elaboração de um plano de desenvolvimento habitacional da área de Sines, iniciativa do estado e com a participação das autarquias locais. Existem vários problemas em torno desta temática, desde a habitação indigna, dificuldade no acesso ao arrendamento e compra de habitação pelos elevados preços face aos fracos rendimentos, ausências de respostas para os que cá estão e para as vagas de emigrantes que cada vez são maiores. A CDU continua a afirmar e a defender que em conformidade com o estabelecido na nossa constituição, compete ao estado a criação de condições que garantam a efetivação do direito à habitação. Para a CDU, em Sines, é necessário uma robusta política pública de habitação, uma política de habitação que vai muito mais além do que está previsto na estratégia local de habitação, recentemente aprovada pelo município. -----

A CDU considera que a candidatura a desenvolver na sequência da aprovação da estratégia local de habitação é positiva e defendemos que a Câmara crie internamente as condições para a boa execução do programa de investimento ali previsto. Esperamos que corra bem e a tempo de se poder usufruir do financiamento disponível do PRR. No entanto, não esqueçamos que a estratégia local de habitação está focada na resolução de um problema particular do problema global da habitação no nosso município, o problema da habitação indigna. Nesta perspetiva não é a existência de uma estratégia local de habitação com o conteúdo concreto que ela apresenta que vai resolver os problemas existentes e os que se colocam num futuro próximo. Infelizmente a habitação indigna continua a ser uma realidade no nosso concelho, continuam a existir famílias a habitar em contentores, e sim, é um problema a que se tem que dar resposta. -----
Conhecer, planear e projetar uma recuperação das habitações municipais ou privadas, por

Amun *AB*
Optico

administração direta e/ou através da aplicação de obras coercivas, evitando danos em propriedades contíguas, recuperá-las e dar-lhes condições de habitabilidade e concretizar realojamentos. Para registo, queremos destacar que, de acordo com os dados definitivos dos censos de 2021, recentemente divulgados pelo INE, existem no município de Sines um total de mil e cinquenta fogos vagos. Destes, cerca de seiscentos estão classificados como para venda ou para arrendamento. Este volume de habitação sem utilização, isto é, não cumprindo a sua função social de habitação à qual deveriam estar afetos, daria com certeza, se devidamente mobilizado, uma larga resposta às famílias assinaladas e em dificuldades. Pode o executivo PS da Câmara Municipal de Sines dizer que não tem capacidade interna de realizar tais obras? Terá assim que mudar também a sua política, quer quanto à contratação de pessoal, quer quanto ao planeamento e prioridades. -- Há que, nomeadamente, mobilizar todo o património municipal para dar uma resposta pública ao problema da habitação. Há que concretizar os loteamentos e desenvolver habitação pública com preços compatíveis com os rendimentos da população. Existindo mais oferta os preços serão necessariamente mais acessíveis e há necessidade de mais fogos a custos controlados, dando a possibilidade aos jovens de se fixarem na sua terra. Diga-se que muitos são de Sines e veem-se obrigados a ter habitação no concelho vizinho, onde os preços são muito diferentes, mas mais os grandes investimentos que se anunciam com o investimento total da ordem de dezenas de milhões de euros e aos quais corresponderá a criação de vários milhares de postos de trabalho. ----- Durante uma ou duas décadas existe uma resposta à altura do problema habitacional que se arrastará com estes investimentos. Afirmamos que o crescimento empresarial e o investimento que se anunciará terá impacto não só em Sines, mas em toda a região do litoral alentejano, com uma particular incidência nas três cidades de Sines, Santiago do Cacém e Santo André. Nesta perspetiva, as respostas necessárias para dar solução a este gigante problema tem de ter uma dimensão proporcional. Aliás, podemos comparar a situação atual com a transformação que Sines sofreu no início da década de setenta, com a criação de um porto de águas profundas, onde a resposta para o problema habitacional colocado na altura foi a criação de uma cidade, chamada agora Vila Nova de Santo André. Agora, tal como nessa altura, só o governo central terá a capacidade e obrigação de o resolver, devendo, como no início colocámos, ser elaborado um plano de desenvolvimento de base territorial abrangendo estes três centros urbanos e estabelecendo uma perspetiva integrada dos múltiplos efeitos sistémicos das atuais dinâmicas de investimento. É pois a defesa de uma aspiração da nossa região que aqui ambicionamos, a defesa do desenvolvimento e da consolidação do sistema urbano, poli nucleado do Alentejo litoral, isto é, Sines, Santiago do Cacém e Santo André. Assume pois, na nossa perspetiva, uma necessidade de extraordinária urgência e relevância a elaboração de um plano de desenvolvimento habitacional da área de Sines,

Quinn. A
Epitacio

com a participação das autarquias locais»”. -----

O deputado **Paulo Freitas** diz que vai tentar ser sucinto na sua intervenção. “Três mil trezentos e cinquenta e sete dias. Este é o número de dias que este executivo governa sucessivamente em maioria absoluta. Quinhentos e quarenta e dois dias, foi o tempo desde que foi aprovada a estratégia local de habitação, em junho de 2021, até agora. Curiosamente, nós vamos aprovar a estratégia local de habitação exatamente antes desta Assembleia Municipal. É extraordinário o timing que foi escolhido. Como eu não quero roubar muito tempo aqui ao meu colega, quero dois pedidos de esclarecimento. O primeiro: porque é que foi utilizada esta tabela na estratégia local de habitação no documento, em que fala dos dados de 2001 a 2011? Que eu saiba, este executivo começou a governar em 2013, ou seja, se dessem os dados de 2013 até 2022, tínhamos exatamente o número de fogos que foram construídos durante os vossos mandatos, que isso é uma questão muito pertinente. E outra para finalizar: quando é que vamos facilitar a questão de licenciamento? O licenciamento não está a ser facilitado para quem quer investir nesta terra e como não conseguem ter o licenciamento devido para investir nesta terra, vão investir noutros locais. Quando é que vamos começar a agilizar esses processos? Isso era uma das questões que eu queria ver respondida”. -----

O deputado **Gil Gonçalves** pede em primeiro lugar ao Presidente da Assembleia que “aja como principal interessado desta Assembleia e que prolongue o tempo que temos aqui para expor o nosso debate, porque sei que isto é o tempo que está estipulado no regimento. O senhor Presidente da Câmara saberá discutir a habitação melhor do que qualquer outra pessoa, trabalha com isto todos os dias, portanto certamente não terão problemas em discutir isto connosco e nós temos todo o interesse em saber qual é a vossa análise e em que vocês saibam qual é a nossa. -----

Em primeiro lugar, quero dizer que o problema da habitação em Sines não se fica pela questão da estratégia local de habitação nem pelo programa do 1º. Direito. O problema da habitação em Sines é sobretudo um problema de mercado. Como o senhor Presidente saberá melhor do que ninguém, existe muita pouca oferta para a grande procura que há, que existe de habitação, e existe um mercado com altos valores de inflação, preços de venda de materiais de construção elevadíssimos e todo um contexto difícil para a habitação, que é de agora, mas que já antecede um grande período de falta de ação em termos da habitação e, senhor Presidente, eu devia reconhecer as minhas limitações e não discutir certas coisas que o senhor domina, mas vamos à estratégia local de habitação, que quando olho para isto, não sei se hei-de rir ou de chorar, começamos com uma pequena gafe, o IRS, o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares é o IRS, não é o IRC. Depois, dizer que, pronto, começam bem quando admitem que existem preços desproporcionais da habitação, quando comparados com a média dos valores dos rendimentos das famílias, mas a

Amor

Optim

coisa piora um bocadinho quando chegamos aqui ao enquadramento do território e vemos que no que concerne à mobilidade, em particular às principais acessibilidades rodoviárias, o concelho é atravessado pelas A26, A26-1, que ligam Sines a Santiago do Cacém e Santo André. -----

Relativamente às acessibilidades ferroviárias, considera-se pertinente referir que o concelho foi dotado de novas linhas ferroviárias. Bom, parece que quem vem a Sines e quem anda por Sines tem aqui autoestrada e ferrovia não tem, toda a gente sabe que não tem. Há anos senhor Presidente, o seu executivo está aí sentado há nove anos, não teve a capacidade de fazer pressão no governo local para que houvesse essa ferrovia de transporte de mercadorias que sabe que é importantíssimo dar, tendo em conta o contexto económico em Sines e o espaço do porto, bem como o troço de ligação à A2, portanto nada disto existe em Sines. -----

Continuando, tenho aqui mais algumas observações, gostaria também de dizer que, pronto, vocês dizem que encontra-se ainda em implementação um plano de evolução e expansão das acessibilidades ferroviárias. Pronto, mais uma vez, volto a dizer, nove anos em que vamos continuar sem ferrovia e sem autoestrada. -----

Depois, quando analisamos aqui na questão do 1º. Direito, a variação da população residente do nível nacional ou municipal, nós verificamos que entre 2001 e 2011 houve uma variação positiva de pessoas a habitar em Sines, de quatro vírgula nove por cento. A previsão do INE para 2019 é uma variação negativa de três vírgula sete pessoas, ou seja, estão pessoas a sair de Sines e toda a gente sabe isso e quem são essas pessoas que estão a sair de Sines? São pessoas da faixa etária a partir dos sessenta e cinco anos, porque faz frio nas casas. Bom, podia ser, mas não é, é exatamente na faixa etária dos vinte e cinco aos sessenta e quatro anos que temos uma redução de cinquenta e seis vírgula sete para cinquenta e cinco vírgula três por cento, que é exatamente a faixa etária da população ativa, senhor Presidente, e porque é que estas pessoas saem de Sines? Vamos ver. Eu tenho vinte e cinco anos, a maior parte das pessoas com quem eu lido, têm entre vinte e trinta anos, e aquilo que acontece que é a realidade deste concelho e que toda a gente sabe e já foi aqui dito, é, um jovem quando acaba os estudos, quando acaba o secundário, ou quando vai para a faculdade, porque há cada vez mais jovens em Sines a ir para a faculdade, não consegue comprar uma casa em Sines. Por muito que queira voltar e que goste da sua terra, aquilo que acontece é, em primeiro lugar, vai para fora estudar, porque não existe ensino superior em Sines, e depois quando vai para fora, vai para Setúbal, vai para Lisboa, vai para Faro, vai para Évora, vai para uma cidade maior que incrivelmente dá todas essas possibilidades para o jovem comprar casa, para se fixar e já para não falar de toda uma oferta que Sines infelizmente não consegue ainda dar. Existem ainda outras particularidades que seria interessante aqui termos, uma relação entre o nível de escolaridade ou a falta de escolaridade com a população residente em Sines, porque isso é que interessa saber, se os

Amor

Artur

nossos jovens que estudam ficam cá em Sines, se temos ou não a capacidade de manter os jovens em Sines. -----

Depois, existe uma forte correspondência entre a antiguidade do edificado e o seu estado de degradação e o caso de Sines aparenta apresentar essa relação, uma vez que vinte e seis por cento dos edifícios carecem de reparação e vinte e nove vírgula oito dos edifícios foram construídos antes de 1970. Portanto, um terço dos edifícios em Sines carecem de reparação, e desse terço, outro terço, a desculpa é que foram construídos antes de 1970, até pode ser que assim seja. Agora, o que acontece é, a Câmara tem o dever, porque é seu património, tem o dever de proceder à manutenção destes espaços como já foi aqui mencionado várias vezes pela bancada do MAISines, como bairro cento e vinte e quatro fogos, por aí fora, bairro do Farol, podia aqui enumerar. -----

Dizer ainda que, há noventa e oito alojamentos sem instalação de banho ou duche, cinquenta e dois sem retrete, quarenta e cinco sem água canalizada. É determinante responder às pessoas que ainda vivem sem estas infraestruturas, mas, senhor Presidente, quando é que isto vai, sei que a estratégia local de habitação se propõe a ter um raio de ação de cinco anos, mas quer dizer, existem quinhentos e cinquenta e quatro agregados familiares em Sines que são mil novecentos e noventa e sete pessoas, que acredito que sejam mais, a viver em condições de habitação indigna, quarenta e oito por cento das quais estão em condições de situação de insalubridade, quarenta e cinco em situação de precaridade, quatro por cento vivem em sobrelotação e três por cento em habitações inadequadas. Portanto, não sei quando é que isto vai ser. -----

Quanto à cedência de terrenos e direitos de superfície, isto é que interessa saber, isto é a questão do mercado a que eu me referia, aquilo que nós não podemos permitir, ou que não devemos permitir e que certamente o Partido Socialista não quererá, é que a Câmara de Sines se torne num especulador imobiliário que vende terrenos e direitos de superfície a preços altíssimos, não serve como mediador, não tem capacidade de gerir a habitação, e aquilo que faz, é ceder esses terrenos para investimento da indústria e não deixa a possibilidade de que haja uma perspetiva de futuro para que os que vêm a seguir possam realmente desenvolver a questão da habitação. -----

Ainda referir o seguinte: perguntar que lotes pensam disponibilizar para as cooperativas com que trabalham, qual é que é o papel da Câmara nessa situação da habitação a custos controlados. É esta ou não a vontade do executivo, ou é continuar a vender casas a preços caríssimos. Portanto, só para acabar senhor Presidente, comentar aqui a sua citação da entrevista que deu agora recentemente, em que diz que a estratégia local de habitação tem um horizonte temporal de cinco anos, talvez estejamos a ser algo ambiciosos ao tentar no primeiro ano prever um terço da resposta que requeira intervenção municipal. Senhor Presidente, não estão a ser demasiado ambiciosos em nada, estão há nove anos sem conseguir ter uma política de habitação que responda às necessidades

Amor

Apertus

dos Sineenses e dos Porto-Covenses”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Bom, começava então por fazer um enquadramento relativamente a esta matéria que me parece importante. Em primeiro lugar, dizer-vos que historicamente o problema da habitação em Sines é uma questão sensível, é uma questão que se arrasta desde os anos setenta e que sensivelmente teve início com a construção do complexo industrial. Na altura, houve uma grande transformação deste território, não apenas pelas pessoas que vinham para aqui trabalhar, mas sobretudo porque esse trabalho era um trabalho temporário, onde os trabalhadores vinham para a indústria, para a construção e depois iam embora, e esse facto criou alguns problemas que levou inclusive, como um dos senhores deputados já falou, na criação pelo Gabinete da Área de Sines do desenvolvimento da cidade de Vila Nova de Santo André. -----

Há questões que se mantiveram ao longo dos anos, mas felizmente que muitas delas foram resolvidas. Houve entretanto um grande investimento por parte da autarquia, no sentido de dar resposta a estes problemas que eram estruturais e conseguiu-se até determinado ano desenvolver um conjunto de projetos que foram importantes. Agora, estes projetos de habitação são projetos que requerem investimento, e como todos sabem, esse investimento requer dinheiro, e para termos dinheiro, para fazer estes investimentos temos de ter também financiamento por parte das entidades competentes, nomeadamente o estado central, e foi isso que não aconteceu durante uma série de anos. Sines fez um investimento importante na habitação ao longo dos anos, e muitos se calhar desconhecem, Sines é o município do litoral alentejano com maior parque de habitação social, portanto não há nenhum outro concelho que tenha habitação social como tem o concelho de Sines. Isso diz tudo daquilo que foram as políticas de habitação ao longo dos anos. -----

Relativamente às questões colocadas pelos senhores deputados. Bom, começava então pelo deputado **Manuel Lança**, concordo consigo em muitas das questões que colocou, a questão da necessidade de mais habitação, mas há questões que naturalmente nos ultrapassam. Quando o senhor diz por exemplo que a Câmara tem que ajudar mais as cooperativas, não nos podemos esquecer que existem dois tipos de cooperativas. Uma coisa é ter uma cooperativa fechada, onde só aquelas pessoas é que podem concorrer à construção, outra coisa é ter uma cooperativa aberta, onde toda a população pode concorrer e inscrever-se nessa cooperativa. -----

Aquilo que temos feito nos últimos anos diria, mais recentemente com uma outra, é negociar com duas cooperativas, no sentido de lhes vender terrenos que possibilitam a construção a custos controlados, naturalmente com um trabalho que a Câmara fez, no sentido de avaliar esses terrenos para o fim a que se destinam. Naturalmente que para colocar no mercado aberto, o preço do terreno



18



terá que ser naturalmente superior àquilo que é um terreno para construção a custos controlados, e esse trabalho está a ser feito, no sentido de resolver alguns desses problemas, aliás, vamos decidir rapidamente no início do próximo ano alguns desses temas que continuam em aberto. -----

Relativamente ao preço das casas que referiu, a situação é muito complicada. Muito complicada porque, e respondendo também de certa forma ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, como ele referiu e bem, trinta e cinco por cento das casas estão ocupadas e sessenta e cinco por cento estão livres em Porto Covo. Isso mostra bem aquilo que é a realidade no nosso concelho. Portanto, os privados, ou seja, as pessoas que têm habitação, preferem alugar no período de verão, a alugar durante todo o ano e isso é uma situação que se está a inverter, já assistimos hoje em dia a situações dessas onde é possível, mesmo em Porto Covo, ter alugueres durante todo o ano, e é naturalmente uma alteração à tendência, que eu considero bastante importante. -----

Relativamente à questão que colocou e que tem a ver com a questão do artigo ou do lote duzentos e vinte, naturalmente que é uma prioridade para nós e também a questão que foi focada que me parece extremamente importante, que tem a ver com a revisão do PU de Porto Covo. Há necessidade clara dessa revisão, e essa revisão tem que ser feita de forma a permitir, obviamente com a negociação com as várias entidades, que surjam mais bolsas para habitação em Porto Covo. Isso é um trabalho que está sinalizado, em fase de revisão do PDM já abordámos essa questão, queremos fechar o PDM para poder iniciar a discussão do plano de urbanização também de Porto Covo. E focou aí uma questão que parece absolutamente adequada aos dias de hoje. Não faz sentido alguém que tem uma primeira habitação, habitação própria e permanente, pagar o mesmo IMI de uma pessoa que tem a segunda, a terceira, a quarta ou a quinta habitação. Isso é algo que para nós é uma questão de honra, ou seja, vamos trabalhar no sentido que o regulamento possa ter aqui tratamento diferenciado e naturalmente que isso é um trabalho que está já a ser desenvolvido, mas que esperamos durante o próximo ano ter o regulamento concluído, de forma a poder evidenciar essas questões que para nós são absolutamente essenciais. -----

O senhor deputado **Miguel Pacheco/Soraia Pereira** focou uma série de questões que são pertinentes, nomeadamente com referências à questão da estratégia local de habitação. Nós acreditamos que a questão da habitação neste território, e quando falamos em investimento estamos a falar num território muito mais vasto do que apenas o concelho de Sines, passará naturalmente por uma articulação principalmente entre os municípios de Sines e Santiago. Aliás, essa é uma das reuniões que também temos agendada, os dois municípios com a Secretária de Estado da Habitação, precisamente para poder encontrar aqui uma estratégia que seja de ambos os municípios, no sentido de permitir soluções muito mais céleres, não só para quem vem para aqui trabalhar, mas sobretudo para quem quer viver nestes nossos territórios. Independentemente da

Amor, id

Opticus

nossa estratégia local de habitação, há esse trabalho que tem que ser feito, e devo-vos dizer que relativamente à estratégia nós fomos muito mais ambiciosos do que aquilo que é uma resposta para as pessoas que têm habitação sem condições e com bastantes dificuldades. Naturalmente que há todo um trabalho que deve ser feito nessa matéria, que está a ser feito de uma forma duplicada, uma coisa é o trabalho da estratégia local de habitação, onde a área social e a habitação estão a ser desenvolvidos, mas depois temos toda uma outra área de loteamentos privados, mas também promovidos pelo município, que estão a ser trabalhados, de forma a que as coisas possam ser mais agilizadas. -----

O deputado **Paulo Freitas** gosta sempre de apresentar alguns dados que são naturalmente curiosos, eu devo dizer que há bastante tempo que me preocupo por esta questão da habitação, inclusive ao longo dos vários governos que passaram pelo nosso país, deu para perceber quais aqueles que estavam mais preocupados com esta área da habitação e aqueles que estavam menos preocupados, e é notório que neste governo há essa sensibilidade para as questões sociais e para a questão da habitação, e eu, sinceramente, não apenas a semana passada quando estive com o senhor Ministro, mas também esta semana com a Secretária de Estado, pude ver da parte deles essa mesma preocupação e que está em sintonia com aquilo que nós sentimos, não só no concelho de Sines, como também na região. Mas focou aí uma questão que me parece importante relativamente aos licenciamentos. Os licenciamentos é uma matéria que naturalmente temos vindo a aperfeiçoar, neste momento temos uma série de projetos que estão aprovados, que estão licenciados, outros que estão em fase de licenciamento, mas houve essa preocupação, reforçando essas equipas da Câmara Municipal, no sentido de melhorar uma área que é absolutamente essencial e que há muito tempo tinha falta de pessoal, uma vez que como vocês sabem, é muito mais fácil trabalhar numa grande empresa, no complexo industrial de Sines, do que trabalhar na Câmara Municipal de Sines, face aos vencimentos que estão em causa. -----

Quanto ao senhor deputado **Gil Gonçalves**, eu vi que o senhor leu com atenção a estratégia, mas não sei se entendeu bem o que é que ela contém e vou passar a explicar. A estratégia não é apenas para as moradias da autarquia, foi um trabalho que foi feito por uma equipa técnica com a Câmara Municipal, onde foi feito um diagnóstico daquilo que existe no concelho, ou seja, o diagnóstico permitiu partir de uma base, sabendo que existem dificuldades, sabendo que existe uma série de casas de privados que têm problemas, casas da autarquia que têm que ter obras. Portanto, todo esse trabalho é um trabalho conjunto daquilo que existe no concelho de Sines, de forma a encontrar soluções. Portanto, não é apenas virado para as casas da autarquia, é virado para todas as habitações que têm problemas. Há aqui um trabalho que foi desenvolvido, um trabalho de mérito, acompanhado por uma equipa técnica a quem a Câmara adjudicou os serviços, mas sempre com o

Am. B

António

cunho dos serviços da Câmara Municipal e que permitiu fazer esse trabalho que foi importante. -
O 1º. Direito é apenas um dos vértices daquilo que nós apostamos como sendo uma requalificação e a resolução do problema de certas famílias. Naturalmente que nesse diagnóstico foram elencadas várias situações, questões de mobilidade, questão das linhas ferroviárias, que naturalmente são questões genéricas que nada têm a ver com as questões de habitação, mas que podem influenciar essas mesmas questões. Aliás, o senhor falou na questão da ferrovia, mas a ferrovia é algo que para nós é absolutamente essencial para o desenvolvimento da região, não apenas no concelho de Sines, da região, e faço notar que a ferrovia de passageiros não saiu de Sines no tempo de uma Câmara do PS. Agora, é preciso perceber que quem gere a ferrovia de passageiros não é a mesma empresa que gere a ferrovia de mercadorias. São entidades diferentes, nós estivemos há cerca de uma semana com o ministro que tutela essas entidades, portanto o Ministro das Infraestruturas, onde os cinco municípios abordaram estas questões, e temos para janeiro mais uma reunião agendada com o Presidente da CP, no sentido de encontrar uma solução para a ferrovia de passageiros, e devo-lhe dizer, mas é uma convicção muito pessoal, que só não temos ainda passageiros em Sines, porque há cerca de dez, quinze anos, houve uma decisão do meu ponto de vista mal, ao não ter sido permitido a construção de uma linha férrea entre Sines e Grândola. Essa linha férrea era uma linha que iria encurtar em muito o tempo de ligação entre Sines e Lisboa por exemplo, e tinha possibilitado viabilizar claramente essa ferrovia de passageiros. -----
Quanto às questões que focou relativamente aos jovens, concordo com o que disse, os jovens não conseguem comprar casa e por sua vez têm ainda uma agravante que é o facto de não existir praticamente mercado de arrendamento, ou o mercado de arrendamento que existe tem preços especulativos e que dificilmente se consegue chegar lá, aliás, basta ver os preços que estão a ser praticados agora para perceber isso mesmo, mas há aqui um facto curioso que tem a ver com uma questão muito clara. Quando os investimentos que foram anunciados nos últimos dois anos surgem na comunicação social, os preços dispararam, basta ver o custo de uma habitação na zona histórica há três quatro anos, para perceber agora o mesmo custo passados dois anos é algo absolutamente incrível, aliás, eu tenho acompanhado essa evolução e naturalmente preocupa-me, uma vez que é muito difícil para um casal jovem ter capacidade de chegar a esses preços, mas também é por isso que a Câmara encontrou aqui outras soluções, nomeadamente o apoio ao arrendamento que é uma medida importante que esperamos cada vez mais dinamizar de forma a conseguir chegar ao maior número de agregados familiares possíveis. -----
Quanto às questões genéricas, eu gostaria de separar aquilo que é a estratégia local de habitação daquilo que estamos a fazer. Muito rapidamente, relativamente às questões da estratégia local de habitação gostaria de dar duas ou três notas que me parecem importantes nesta matéria. -----

Amir D

Opticus

O trabalho que tem estado a ser desenvolvido está assente sobretudo na nova geração de políticas de habitação, que o governo obviamente aprovou. O programa 1º. Direito é apenas um desses instrumentos, que está incluído na estratégia local de habitação, mas temos estado a fazer um trabalho, um trabalho há alguns anos atrás, diria nos últimos dois três anos esse trabalho tem sido mais intenso face àquilo que são as perspectivas de investimento do nosso concelho e que têm permitido desenvolver um conjunto de loteamentos e de áreas que até então estavam parados. Sines tem dois planos pormenor como vocês sabem, o plano pormenor Sul Nascente e o plano pormenor Norte da cidade, que são difíceis de explicar em tão pouco tempo, mas diria que enquanto o plano de Sul Nascente está mais desenvolvido, que é o plano onde surgiu agora o novo hotel e o novo loteamento de moradias, onde é possível vir a trabalhar de forma mais acentuada, ao contrário do plano pormenor Norte, que essencialmente pertence a privados e não à Câmara Municipal, onde tem havido aqui algumas dificuldades, mas em conversas e reuniões que temos tido, temos procurado incentivar esse desenvolvimento. -----

No caso do plano de pormenor Sul Nascente, este é o loteamento que a Câmara desenvolveu, terminou agora com estas moradias, onde praticamente todas desapareceram, mas existem um conjunto de outros investimentos que estão a acontecer e que alguns deles já aprovados. -----

Aqui temos um prédio com cerca de vinte e seis fogos, onde os promotores vão vender cerca de cinquenta por cento desses fogos e colocar no mercado de arrendamento os outros cinquenta por cento. Portanto, é uma empresa, um investidor privado. Temos aqui também cerca de setenta e cinco fogos, também do investidor privado, cujos processos estão praticamente aprovados, eu diria que estão mesmo aprovados, são investidores estrangeiros, mais setenta e cinco fogos portanto que irão para o mercado, e o que é que a Câmara está a fazer neste momento, está a desenvolver um conjunto de loteamentos. Recentemente aprovámos este loteamento junto à escola Poeta Al Berto, são cerca de cinquenta e dois fogos que iremos colocar no mercado, sensivelmente no final do mês de janeiro, e ao mesmo tempo desenvolvemos este outro loteamento e também de moradias, ou seja, há aqui um trabalho que está a ser desenvolvido. Este foi aquele, como eu referi há pouco, que já foi vendido, portanto cujas infraestruturas foram construídas, cerca de vinte e nove fogos unifamiliares e seis plurifamiliares vendidos e infraestruturados, também estes oito fogos. Estes vinte e seis fogos já estão aprovados, já foram licenciados e esperamos que as obras comecem rapidamente. Temos aqui depois o outro que eu referi há pouco, são setenta e cinco, setenta e seis fogos que também estão a ser desenvolvidos, estão em fase de aprovação para iniciar no início do próximo ano. Este loteamento é um loteamento que foi aprovado na Câmara Municipal recentemente e que vai a hasta pública no início do ano, assim como estes trinta e seis fogos plurifamiliares, portanto estamos a falar de prédios e moradias. -----

Amu

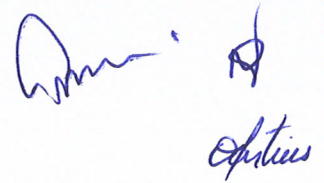
19

Opticus

Estes também dezoito fogos plurifamiliares e moradias. E depois há um conjunto de outros lotes que a Câmara tem junto ao CDH, que são propriedade da Câmara e que também irão brevemente para aprovação dos loteamentos e depois a hasta pública, ou seja, estamos a fazer um trabalho que é importante, no sentido de colocar no mercado muitas destas construções, uma vez que é aquilo que os promotores nos têm pedido e naturalmente que a Câmara tem que fazer esse trabalho. ----- Para além disso, na zona, diria, fronteira entre a zona industrial e a zona urbana, já foi desenvolvido um loteamento com cerca de quatro prédios, vinte e quatro fogos cada um dos prédios, cerca de noventa e seis apartamentos e temos intenções de colocar também no mercado, enquanto estes serão a custos controlados, portanto é um trabalho que estamos a desenvolver com as cooperativas e que no mês de janeiro terá que ficar encerrado, vamos colocar também a custos controlados mais cerca de noventa e seis fogos no PP Norte. -----

Relativamente às moradias, também é uma área importante, temos aqui toda esta área que não é para desenvolver de imediato, são trinta e oito fogos, naturalmente que para uma outra faixa da população, não temos neste momento tanta urgência em fazê-lo. -----

Quanto ao plano de pormenor Norte que é aquele que nos oferece mais dificuldades neste momento. Há um sistema de perequação que está em vigor, ou seja, as pessoas constroem não em função dos terrenos que têm, mas dos direitos que adquiriram em função deste plano de pormenor, e isto tem sido um pouco mais difícil. No entanto, há um promotor que está a desenvolver aqui um conjunto de moradias a Norte da cidade de Sines. Temos aqui um loteamento há muitos anos aprovado no concelho, cerca de cento e sessenta fogos que pertence à IP. Tivemos oportunidade de falar na semana passada com o senhor Ministro e explicar-lhe que não é possível manter indefinidamente esta questão, a IP ou constrói ou vende, e estamos a tratar desse assunto de forma a tentar resolver o mais urgentemente possível este problema. Portanto, este é o loteamento que já entrou na Câmara a Norte da cidade de Sines, são cerca de vinte e seis fogos. Este é o loteamento da IP cento e sessenta fogos, que também estão há bastante tempo aprovados, mas que ainda não se desenvolveram, e depois temos aqui mais quatrocentos e dezasseis fogos de uma quinta que fica também no PP Norte, onde vários promotores têm procurado fazer negócio. É importante para nós, uma vez que estão aqui dois equipamentos públicos e também lotes que a Câmara poderá meter no mercado. Portanto, estamos a falar de mais quatrocentos fogos, o que seria muito importante para colocar no mercado. Para além disso, neste momento estão em construção por privados cerca de vinte fogos na parte Norte da cidade, junto aos cento e vinte e quatro fogos. A Câmara Municipal alienou cerca de dezassete fogos que foram para o mercado já este ano e que vão iniciar a construção no próximo ano e vamos colocar também no mercado um conjunto de moradias, uma vez que o projeto está em fase final de execução, junto ao parque de campismo. Portanto, estamos



Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page.

a falar de outras zonas da cidade, cerca de dezasseis, dezoito fogos, ainda não sabemos exatamente o número, uma vez que existem compromissos antigos com anteriores câmaras municipais, para cedência de alguns desses fogos. -----

Temos também Porto Covo, que há pouco o senhor Presidente da Junta falou na questão dos vinte e três fogos, que temos o projeto já em fase de andamento, a construção das infraestruturas, mas que por motivos alheios à Câmara não foi possível terminar. Isto situa-se exatamente junto ao investimento onde o grupo Pestana irá fazer as cerca de cento e setenta moradias. Portanto, diria que do ponto de vista do trabalho que estamos a desenvolver com privados e com loteamentos que são municipais, as coisas estão em andamento e esperamos sinceramente que nos próximos anos possamos ter aqui um grupo significativo de fogos no mercado, de forma a dar uma resposta, não aquela resposta que queríamos, porque naturalmente existirão outras necessidades, mas a dar uma resposta mais urgente àquilo que são as necessidades da população. E por agora é só”. -----

O deputado **Ricardo Brito** diz que “este é talvez o tema mais central dos dias que correm. Posso dizer-vos que venho de um fim-de-semana de muito debate político na maior estrutura de juventude política do país e este foi o tema mais debatido do fim-de-semana, portanto é mesmo um problema central no país, que é aliás um problema europeu, português e sineense, obviamente que o que nos traz aqui são os problemas específicos do nosso concelho, mas há sem dúvida um problema muito grande relacionado com habitação, ou pelo menos o acesso a ela. -----

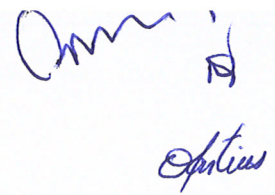
Eu antes de fazer aqui algumas considerações queria só dizer que é com muita pena que não nos foi endereçado o requerimento desta Assembleia, porque o grupo municipal do Partido Socialista teria todo o gosto em assinar, mas não fomos consultados para tal, mas fica aqui a nota de que gostaríamos de o ter assinado, porque efetivamente acreditamos que é um tema muito pertinente. Em relação ao que nos traz aqui, obviamente que poderíamos passar aqui muito mais tempo a discutir estes problemas e provavelmente vamos passar nas próximas assembleias, mas dizer aqui várias coisas. A CDU disse aqui uma coisa que eu considero mesmo muito importante e que aliás é coerente com aquilo que tem sido a posição pública da CDU sobre habitação. De facto, tem de ser o estado central o principal promotor de programas de habitação pública em Portugal. É uma ilusão nós acharmos que a maioria, pelo menos a esmagadora maioria dos municípios, teria condições financeiras, quer para investir, quer para manter habitação pública e de facto nós só chegámos a este ponto, porque tivemos anos e anos de desinvestimento nesta área. Basta olharmos para a média europeia de habitação pública que é de doze por cento, e que em Portugal é de dois por cento, portanto estamos a dez pontos percentuais de diferença e alguns países que até são conhecidos por serem liberais, como a Holanda, têm trinta por cento de habitação pública e nós temos apenas dois, o que significa que temos aqui um longo caminho a percorrer e que não é de

Opticos

um dia para o outro que o vamos resolver. De qualquer forma, isso não invalida que os municípios não possam ser parceiros e devem ser parceiros fundamentais nesta matéria e devem tomar a si essa iniciativa, porque são quem melhor pode identificar as necessidades das populações e os condicionalismos para as resolver. -----

A estratégia local de habitação é, sem dúvida, um instrumento fundamental para dar algumas respostas, e ela só é possível porque houve em 2018 uma lei de bases da habitação e a criação destas novas políticas públicas, nova geração de políticas públicas que dá instrumentos aos municípios para dar algumas respostas. Eu não vou fazer considerações sobre a estratégia local de habitação, porque ela já foi aprovada por esta Assembleia no mandato anterior, aliás na última Assembleia, sem nenhum voto contra e com largos elogios ao documento, e aliás deixo aqui uma palavra de consideração pelos trabalhadores da autarquia que estiveram empenhados nesse documento e que têm aqui um desafio muito grande em conseguir executar esta ferramenta, mas, de facto, é um instrumento fundamental, mas também é preciso irmos mais além, termos outras políticas para tentar resolver este problema e eu deixo aqui apenas algumas notas. -----

Eu penso que é, por exemplo, fundamental que o programa que é nacional do Porta 65 Jovem seja revisto, porque é um programa de muito sucesso a nível nacional que tem sido reforçado de ano para ano em dotação orçamental, mas que em concelhos como o de Sines não funciona porque os tetos máximos das rendas que são admissíveis não são compagináveis com as rendas que se praticam em Sines e, portanto, tem que haver ou uma sensibilidade local de concelho a concelho com esses tetos máximos, ou então um aumento generalizado desses tetos máximos, porque é sem dúvida um programa que permite que jovens tenham a sua renda subsidiada, obviamente com alguns condicionalismos, mas é importante para a emancipação jovem e depois há outras medidas que podem ser tomadas. Eu sei que o município tem a vontade, pelo que o senhor Presidente acabou de dizer, de fazer um regulamento de benefícios fiscais, que tenha alguns benefícios fiscais no âmbito da habitação, falou aqui e muito bem da questão do IMI das segundas habitações, acho fundamental até para a freguesia de Porto Covo e o concelho serem um pouco ressarcidos do impacto que a sazonalidade tem naquela freguesia, mas há também outros benefícios que podem ser criados. Sei que há câmaras que neste momento, como por exemplo a Câmara de Sesimbra, está a estudar uma beneficiação no IMI para prédios que estejam em arrendamento, o arrendamento prolongado, está a estudar também um benefício fiscal no âmbito do IMI para jovens residentes no concelho que adquiram habitações próprias permanentes, obviamente até certo valor. Portanto, tudo isso são mecanismos de intervenção no mercado que são fundamentais. Sabendo nós que, e deixo essas sugestões à consideração do executivo, mas sabendo nós que mesmo como estamos a ver em alguns países europeus e nas áreas metropolitanas portuguesas, mesmo a intervenção em



larga escala com a oferta pública de habitação não está a baixar os preços da habitação, falei aqui na Holanda que tinha trinta por cento de habitação pública, é um dos países que neste momento mais problemas tem com o acesso à habitação dos jovens, muito motivado pela circulação livre de capitais que permitimos na Europa e que hoje colocam fundos de investimento imobiliários a fazer grandes pressões nas nossas malhas urbanas. De qualquer forma, apesar deste ser um tema que nos vai trazer aqui muito mais vezes, estas eram algumas considerações que o tempo me permite deixar”. -----

O deputado **Manuel Lança** faz uma intervenção sobre os tempos. “Dar alguma folga, digamos assim, quer dizer, não ser tão taxativo relativamente aos tempos. Nós apesar de tudo, ganharíamos muito se houvesse aqui mais algumas reflexões sobre o assunto, de todos, e então apelava ao senhor Presidente que realmente estendesse um pouco mais o tempo e não fosse tão drástico relativamente àquilo que é os tempos de minutos para a importância do tema. Portanto, eu apelava à sua generosidade”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, explica que a sua “generosidade é cumprir a lei como sabe. Porque quem tem o poder é a Assembleia e são os senhores deputados, não sou eu, e é o regimento que foi aprovado pelos senhores deputados. Quando se pede uma sessão destas, tem que se olhar para o regimento e previamente, se for necessário e se considerarem, então nós podemos reunir e podemos avaliar isso. Isto para dizer que mesmo assim, eu, enfim, a palavra generoso, fui generoso porquê? Não cortei a palavra a ninguém, a nenhum dos senhores deputados, embora o MAISines tivesse duplicado o seu tempo, duplicou o seu tempo relativamente ao regimento, mais que duplicou e eu não cortei a palavra e, portanto, para dizer que houve essa generosidade e essa abertura para discutir um tema que é fundamental, não só para Sines, mas estamos aqui em Sines, para o concelho de Sines. Portanto, haverá mais oportunidades. Esta é uma primeira apreciação, os senhores deputados têm todas as condições para em função da evolução do processo, discutir novamente e levantar esta questão, este tema ou outros temas de interesse e, portanto, nós vamos continuar a discutir os problemas do concelho de Sines. -----

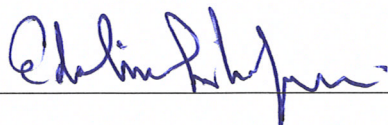
Quero agradecer a todos os presentes por terem estado aqui”. -----

Nada mais havendo a tratar foi dada por terminada a Assembleia extraordinária de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, da qual se elaborou a presente ata. -----

Sines, 21 de dezembro de 2022

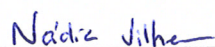
O Presidente da Assembleia Municipal de Sines

Idalino Sabido José



1ª Secretária

Nádia Andreia Pacheco Vilhena



2º Secretário

Artur Licínio de Oliveira Martins

